



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

revista fsa

www4.unifsanet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 5, art. 6, p. 102-123, mai. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.5.6>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



O Materialismo Histórico e a Construção do Pensamento Geográfico Contemporâneo

Historical Materialism and the Construction of Contemporary Geographical Thought

Lineu Aparecido Paz e Silva

Doutor em Geografia pela Universidade de Brasília

Professor de Geografia da Universidade Estadual do Piauí

E-mail: lineupazsilva@gmail.com

Endereço: Lineu Aparecido Paz e Silva

Universidade Estadual do Piauí. Rua João Cabral, Nº
2231, Bairro Pirajá, Teresina – PI, CEP: 64.002-150

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar
Rodrigues**

**Artigo recebido em 18/04/2026. Última versão
recebida em 29/04/2026. Aprovado em 30/04/2026.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O presente estudo discute os fundamentos do materialismo histórico e suas implicações para o desenvolvimento do pensamento geográfico, destacando as contribuições de Karl Marx, Friedrich Engels, Quaini e Friedrich Ratzel. O materialismo histórico, ao afirmar que as condições materiais e econômicas determinam as formas de consciência e organização social, estabelece uma leitura científica e crítica da história, superando o idealismo e a metafísica hegeliana. Nessa perspectiva, a natureza é compreendida como parte da história e o homem como agente transformador da realidade, mediando sua existência por meio do trabalho. A partir de Quaini (1979), observa-se o esforço em fundamentar uma geografia humana científica, baseada na dialética marxista e na análise das relações entre sociedade e natureza como dimensões interdependentes da produção do espaço. Em diálogo com essas ideias, Ratzel, por meio da antropogeografia, introduziu a análise das influências recíprocas entre o meio natural e a organização social, antecipando reflexões sobre a formação territorial e o papel político do espaço. A geografia crítica contemporânea, representada por autores como Lefebvre, Soja e Milton Santos, ampliou essa abordagem ao compreender o espaço como produto histórico, social e político. Conclui-se que o materialismo histórico permanece como referência essencial para a análise geográfica, por oferecer instrumentos teóricos que permitem compreender o território como expressão concreta das contradições sociais e das dinâmicas históricas de transformação.

Palavras-chave: Materialismo Histórico. Geografia. Sociedade e Natureza. Território. Pensamento Crítico.

ABSTRACT

This study discusses the foundations of historical materialism and its implications for the development of geographical thought, highlighting the contributions of Karl Marx, Friedrich Engels, Quaini, and Friedrich Ratzel. Historical materialism, by asserting that material and economic conditions determine the forms of social organization and consciousness, establishes a scientific and critical interpretation of history, overcoming idealist and metaphysical conceptions. In this perspective, nature is understood as part of history, and humans are seen as transformative agents who mediate their existence through labor. According to Quaini (1979), there is an effort to ground a scientific human geography based on Marxist dialectics and on the analysis of the interdependent relations between society and nature as dimensions of spatial production. In dialogue with these ideas, Ratzel, through anthropogeography, introduced the study of reciprocal influences between the natural environment and social organization, anticipating reflections on territorial formation and the political role of space. Contemporary critical geography, represented by authors such as Lefebvre, Soja, and Milton Santos, expanded this approach by understanding space as a historical, social, and political product. It is concluded that historical materialism remains an essential theoretical reference for geographic analysis, as it provides tools to interpret territory as a concrete expression of social contradictions and historical dynamics of transformation.

Keywords: Historical Materialism. Geography. Society and Nature. Territory. Critical Thought.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão das relações entre sociedade e natureza constitui um dos temas centrais do pensamento geográfico e da filosofia social moderna. Nesse contexto, o materialismo histórico, formulado por Karl Marx e Friedrich Engels, apresenta-se como um referencial teórico fundamental para a análise das transformações sociais e espaciais, ao sustentar que são as condições materiais de existência — especialmente as econômicas — que determinam as formas de consciência e organização social. Essa concepção rompe com as interpretações idealistas da história, ao enfatizar o papel das forças produtivas e das relações de produção na construção da realidade social.

Autores como Quaini (1979) destacam que o materialismo histórico constitui-se como uma “anti-filosofia”, na medida em que desloca o foco da especulação abstrata para a análise empírica e concreta dos processos históricos, entendendo o homem como sujeito histórico e parte integrante da natureza que transforma. Essa perspectiva permite compreender a história como um processo dialético no qual sociedade e natureza se condicionam mutuamente, estabelecendo as bases para uma leitura crítica do espaço geográfico e de sua produção.

No campo da Geografia, as reflexões marxistas encontram ressonância nas obras de Friedrich Ratzel, que, ao desenvolver a antropogeografia, introduziu a análise das relações entre homem e meio natural, articulando dimensões físicas, sociais e políticas do território. Embora inserido em um contexto científico ainda marcado pelo determinismo natural, Ratzel antecipou a compreensão da natureza como elemento histórico e dinâmico, mediado pela ação humana.

Dessa forma, o presente estudo propõe discutir os fundamentos do materialismo histórico e suas implicações na constituição do pensamento geográfico, destacando as contribuições de Quaini e Ratzel para a compreensão da relação dialética entre sociedade, natureza e território. Busca-se, assim, evidenciar como tais perspectivas contribuíram para a consolidação de uma geografia crítica e histórica, capaz de interpretar o espaço como expressão concreta das relações sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Materialismo Histórico e a Relação Sociedade-Natureza na Constituição do Pensamento Geográfico

O materialismo histórico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, representa uma mudança paradigmática na compreensão da história e da sociedade, ao deslocar o foco da análise do plano idealista das ideias para a realidade concreta das condições materiais. Segundo essa perspectiva, as forças econômicas e as relações de produção não apenas estruturam a vida material, mas também condicionam diretamente as superestruturas sociais, políticas e culturais, incluindo as ideias, a religião, a arte, a política e outras formas de consciência coletiva. Em outras palavras, a história não é conduzida por abstrações ou princípios ideais, mas pelos modos de produção e pelas relações concretas de poder que emergem do trabalho humano e da organização econômica da sociedade.

Como ressalta Quaini (1979, p. 47), “Marx e o seu materialismo dialético considera rigorosamente necessário os processos históricos”, enfatizando a necessidade de analisar as sociedades em seus contextos concretos, observando as transformações nas forças produtivas, nas relações de produção e nas contradições que delas emergem. Essa abordagem constitui uma crítica radical à filosofia de Hegel e à tradição metafísica, particularmente à Filosofia da História e à Filosofia do Estado, que privilegiavam o desenvolvimento das ideias e da consciência humana como motor da história. Marx e Engels demonstram que, ao ignorar as condições materiais e econômicas, essas doutrinas permanecem acríticas e incapazes de explicar a gênese das instituições, das práticas sociais e das estruturas históricas.

O materialismo histórico, portanto, inaugura uma leitura científica da história, centrada na análise das contradições sociais e nas dinâmicas de transformação dos sistemas produtivos. Ao enfatizar a interdependência entre base material e superestrutura ideológica, oferece uma ferramenta teórica para compreender os processos históricos de forma integrada, permitindo analisar a sociedade não apenas como resultado de ideias, mas como produto das condições concretas de vida e das relações de produção. Essa perspectiva foi posteriormente fundamental para o desenvolvimento de diversas ciências sociais, incluindo a Geografia crítica, que se apoia na compreensão do espaço e do território como resultados de processos históricos, econômicos e sociais.

O materialismo histórico, concebido por Karl Marx e Friedrich Engels, constitui-se como a perspectiva filosófica e científica que interpreta a história e a sociedade a partir das

condições materiais e das relações de produção, afastando-se da tradição idealista que prioriza o desenvolvimento das ideias como motor da história. Nesse sentido, o materialismo histórico propõe que os processos de transformação social decorrem fundamentalmente do conflito entre interesses divergentes das diferentes classes sociais, o que configura a dinâmica histórica como produto de contradições materiais concretas. Como observa Quaini (1979, p. 43), “o materialismo histórico constitui-se, portanto, como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, com resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural humana”, enfatizando seu caráter empírico e científico na análise histórica.

Essa abordagem define o homem como sujeito histórico situado entre uma natureza histórica e uma história natural, estabelecendo uma base humanista e historicista que não perde de vista nem a historicidade da natureza nem a naturalidade da história. Para Marx, a natureza é uma totalidade concreta, com a qual o homem interage por meio de sua atividade produtiva; assim, há uma dualidade indissociável: “o homem e seu trabalho, de um lado; a natureza e seus materiais, de outro”. A natureza, nesse contexto, torna-se historicamente determinada, pois a produção social media e transforma suas condições, evidenciando a historicidade da natureza e a mediação humana sobre ela. Conforme Quaini (1979), essa relação entre sociedade e natureza deveria constituir a base científica da geografia humana, permitindo compreender o espaço geográfico como resultado das interações complexas entre fatores naturais, econômicos e sociais.

Dessa forma, o materialismo histórico apresenta o homem como parte integrante da natureza, mediada pela práxis social, enquanto a natureza se configura simultaneamente como objeto e instrumento dessa prática. Processos como o desenvolvimento das formações econômicas, a divisão social do trabalho, as trocas de produtos e a organização da produção exemplificam a historicidade e a materialidade das relações sociais, revelando que a sociedade e o espaço geográfico não são entidades fixas, mas construções historicamente determinadas. Essa perspectiva fornece um instrumento teórico capaz de integrar dimensões econômicas, sociais e naturais, promovendo uma compreensão profunda da dinâmica histórica e do papel mediador da ação humana na transformação do mundo natural e social.

Para Quaini (1979, p. 50-51), o pensamento de Marx transcende a segmentação disciplinar convencional, não podendo ser reduzido a campos isolados como economia, sociologia, geografia ou antropologia. Tampouco deve ser entendido como mera interdisciplinaridade no sentido contemporâneo; suas ideias constituem, antes, uma concepção de “adisciplinaridade”, oferecendo uma perspectiva integrada e sistêmica de uma ciência do

homem, capaz de compreender o indivíduo e a sociedade em suas dimensões material, histórica, social e natural. Dentro dessa lógica, assim como a História se estrutura no marxismo pela análise crítica das formações sociais e de suas transformações, a Geografia se insere como instrumento para interpretar a organização espacial dessas sociedades. Ela analisa, sobretudo, a distribuição das relações sociais, a estruturação do território e as interações entre o modo de produção capitalista e as estruturas socioeconômicas, permitindo compreender a dinâmica das forças produtivas e das relações de produção e suas repercussões sobre o espaço social e natural.

Marx atribui centralidade à natureza como objeto e produto da práxis humana, destacando que a história deve ser considerada sob dois aspectos complementares: a história da natureza e a história dos homens. De acordo com Quaini (1979, p. 45), “enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão mutuamente”. Nesse sentido, a natureza não é mera circunstância externa, mas componente histórico das transformações sociais, mediada pela atividade produtiva humana. A historicidade da natureza e a mediação humana sobre ela tornam-se, assim, elementos centrais para compreender a constituição do espaço geográfico e das relações sociais.

No âmbito da Geografia, Friedrich Ratzel foi pioneiro ao integrar as dimensões humanas à análise espacial, inaugurando o campo da antropogeografia. Com base em extensa revisão de literatura — incluindo Montesquieu, Voltaire, Buffon, Kant, Forster, Pallas, Zimmermann, Ritter, Lamarck e Darwin — Ratzel investigou a distribuição dos povos sobre a superfície terrestre, a circulação de pessoas e bens materiais, e as influências das condições naturais sobre características físicas, comportamentais e culturais do homem. Além disso, examinou a formação territorial, a organização social e as relações políticas entre homem e natureza, estabelecendo fundamentos que conectam a análise geográfica à compreensão histórica e materialista da sociedade. Sua abordagem evidencia como o espaço geográfico é simultaneamente produto das condições naturais e do exercício da práxis humana, sendo um campo de mediação entre processos sociais, econômicos e ambientais.

Friedrich Ratzel organizou a Geografia em três grandes ramos: Geografia Física, Biogeografia e Antropogeografia, dedicando a maior parte de seus estudos a esta última, que se tornou seu principal campo de investigação teórica. A antropogeografia, como proposta por Ratzel, inaugura uma perspectiva integrada para analisar a relação entre o homem e o meio natural, incorporando aspectos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Por meio desse enfoque, ele introduz na Geografia discussões sobre o evolucionismo, influenciado pela obra *A Origem das Espécies* (1859) de Darwin, investigando como os processos de adaptação

e evolução do homem e das sociedades se relacionam com as condições naturais e com as transformações do meio em escala local, regional e global.

Em sua obra *Antropogeographie* (1909), Ratzel sustenta que a diversidade das condições naturais deve ser considerada como um fator determinante na explicação da diversidade dos povos e de suas formas de organização social. A evolução das sociedades, segundo ele, mantém uma relação complexa e dialética com os elementos naturais, embora Ratzel se afaste de interpretações deterministas que reduzem o comportamento humano a uma consequência mecânica do meio. Para Ratzel, os fatores naturais oferecem possibilidades e limites, mas a prática social, a cultura e a política são mediadores essenciais que determinam os rumos do desenvolvimento social.

Um ponto central de sua análise é o estudo das áreas de origem de cada povo e dos itinerários históricos percorridos, permitindo compreender a circulação de populações, mercadorias e ideias, assim como a dinâmica de ocupação e distribuição territorial. Esse enfoque possibilita analisar a formação de territórios como resultado de processos históricos e sociais, em que o espaço geográfico se configura a partir da interação entre fatores naturais e humanos, refletindo decisões, estratégias e relações de poder ao longo do tempo.

Além disso, Ratzel introduz uma dimensão política inédita à Geografia, destacando que o espaço não pode ser compreendido apenas por suas condições naturais ou econômicas. Para ele, a organização do Estado e a definição da propriedade dependem da mediação política do homem sobre a natureza, refletindo o exercício do poder e a estruturação da sociedade. Assim, a antropogeografia ratzeliana oferece uma visão abrangente do espaço geográfico, articulando elementos naturais, históricos, sociais e políticos, constituindo uma abordagem precursoramente integrada que estabelece bases para a Geografia crítica contemporânea e para a análise materialista do espaço social.

Na obra *Antropogeographie* (1909), Ratzel organiza o primeiro capítulo em torno de cinco eixos norteadores fundamentais para a compreensão da interação entre homem e meio: 1) a evolução dos conceitos relativos à influência das condições naturais sobre a humanidade; 2) a relação entre homem e meio ambiente; 3) a análise do povo e seu território; 4) a história do elemento humano na geografia; e 5) as tarefas e métodos da geografia do homem. A partir desses pontos, Ratzel realiza uma abordagem histórica e conceitual das múltiplas relações entre natureza e sociedade, iniciando pela análise do indivíduo, de suas características físicas e adaptações ao meio, até alcançar a compreensão dos povos enquanto coletivos organizados, cuja vida social, cultural e econômica mantém relações intrínsecas com a constituição e configuração de seus territórios.

Essa abordagem evidencia a integração entre análises físicas e humanas, articulando dimensões naturais, sociais e históricas. Ratzel estabelece vínculos estreitos com a história do pensamento evolutivo nas ciências naturais, como a biologia, e se apoia em conceitos de ecologia, evolução e genética para fundamentar a interpretação das interações entre homem e meio. Dessa forma, sua antropogeografia transcende a simples descrição física ou econômica do espaço, oferecendo uma leitura dinâmica e historicamente contextualizada da organização espacial.

Ao dialogar com Quaini, observa-se que Ratzel reconhece que a maioria das influências da natureza sobre a vida social e espiritual do homem se manifesta mediada por fatores econômicos e sociais, que interagem entre si e são historicamente determinados (RATZEL, 1909, p. 64). Para Quaini (1979), seguindo Marx, não existem leis abstratas ou imutáveis que regem o mundo ou a natureza; dessa forma, não há ecossistemas “puros” ou intocados pelo homem, pois toda natureza é historicamente mediada, transformada e incorporada à prática social. Nesse contexto, a antropogeografia ratzeliana constitui uma análise integrada e materialista do espaço, mostrando que os territórios, as relações sociais e a organização humana são produtos de processos históricos, sociais e econômicos que se articulam com o meio natural de maneira dinâmica, complexa e contínua.

Logo no início da primeira parte, ele afirma que "tudo que se refere à natureza, ao ambiente, é imutável em comparação àquilo que se refere ao homem", e que "determinadas condições naturais impõem ao movimento da vida sempre as mesmas vias e, renovando-se perenemente, colocam sempre e no mesmo sentido obstáculos ou limitações" (RATZEL, 1909, p. 32), ou seja, que há na natureza a imutabilidade enquanto espaço de alterações de comportamento do homem ao longo do tempo.

Após discutir a influência do solo enquanto espaço físico que provê condições de desenvolvimento das comunidades e reconhecer a importância do clima para a caracterização do comportamento das mesmas, ele reforça a predominância do humano sobre as ciências naturais, ao afirmar que a predileção do elemento humano nos estudos geográficos é um perigo constante que ameaça sua cientificidade: "toda vez que a ciência reúne ao mesmo tempo elementos humanos e elementos naturais, são os primeiros que invariavelmente predominam" (RATZEL, 1909, p. 86).

Apesar de considerar a natureza como espaço imutável, estando alinhado ao pensamento determinista da época, pode-se interpretar da obra de Ratzel um certo possibilismo quando ele destaca a importância de se considerar a construção do território para a formação das características dos povos, pois este é um processo dinâmico no qual a cultura

desenvolve-se também a partir do aprofundamento da relação da moradia e da alimentação com a terra ao longo do tempo (RATZEL, 1909, p. 75).

Nesse contexto, Ratzel evidencia que os fatores naturais, como clima, relevo, solos e recursos ambientais, desempenham papel relevante na construção da identidade dos povos, mas sublinha que sua influência só pode ser plenamente compreendida quando articulada à dimensão temporal. O tempo atua como mediador da hereditariedade, pois um povo somente pode ser analisado como produto do território que habita, se considerarmos as influências acumuladas de territórios anteriormente ocupados por seus antecessores. Essa perspectiva histórica ressalta que os traços culturais, sociais e fisiológicos de um grupo humano são resultado de processos de longa duração, marcados por migrações, adaptações e transformações graduais, evidenciando a relação dialética entre homem, espaço e história.

Além da hereditariedade, Ratzel destaca a variabilidade dos povos como elemento central para compreender as transformações sociais e fisiológicas. Essa variabilidade, reconhecida pelos naturalistas de sua época, gera modificações graduais nos organismos e nas sociedades, devendo ser estudada antes da análise da distribuição geográfica, uma vez que a intensa mobilidade humana pode produzir padrões espaciais enganosos. Assim, para compreender adequadamente a constituição de um povo, é necessário analisar as características fisiológicas, culturais e comportamentais dos indivíduos em seu contexto histórico e social, identificando os processos de formação que moldam coletivos humanos ao longo do tempo.

No segundo capítulo de *Antropogeographie*, Ratzel discute a influência da natureza sobre o homem, destacando que o tema enfrentou resistência científica significativa. A oposição à ideia de que a natureza exerce efeitos profundos sobre a história humana decorre da dificuldade em identificar as causas específicas dessas influências e em distingui-las quanto à duração e intensidade. Ratzel observa ainda que, no tempo em que um povo permanece em determinado território, modificações sensíveis são raras, reforçando a necessidade de uma perspectiva histórica para interpretar as transformações sociais. Paralelamente, ele enfatiza que a geografia deve analisar a organização política das sociedades, considerando, por exemplo, como os conquistadores se dividem ao estabelecer-se em novos territórios, evidenciando a articulação entre fatores naturais, históricos, sociais e políticos na constituição do espaço geográfico. Dessa forma, a abordagem ratzeliana antecipa conceitos fundamentais da geografia crítica contemporânea, oferecendo uma análise integrada do homem e do meio como elementos mutuamente condicionados e historicamente mediados.

Além das influências fisiológicas e geográficas, a natureza exerce ainda outras na medida em que pode permitir pelo menos a um povo, a uma fração deste ampliar ou reforçar cada uma de suas características ou adquirir outras através de associações adequadas. Um território fechado em si mesmo favorece a formação de um povo homogêneo impedindo ou limitando a penetração de elementos estranhos. (RATZEL, 1909, p. 59).

Ratzel destaca que a configuração e a abertura de um território desempenham papel crucial na dinâmica social e cultural dos povos. Ele observa que territórios amplos e abertos favorecem a miscigenação e o cruzamento entre grupos humanos, promovendo circulação de indivíduos, intercâmbio biológico e cultural, além da construção de identidades coletivas mais complexas e diversificadas. Em contrapartida, territórios isolados ou restritos tendem a limitar o contato entre populações, preservando traços específicos de cada grupo e estabelecendo padrões diferenciados de organização social e cultural.

Para Ratzel, determinadas influências naturais e ambientais produzem modificações profundas e duradouras nos indivíduos, inicialmente sobre o corpo e a mente, e posteriormente, quando essas influências se manifestam em escala coletiva, sobre a história e a geografia de povos inteiros. Dessa maneira, ele articula a interação entre fatores fisiológicos, psicológicos e sociais, evidenciando que a constituição dos grupos humanos e a organização do espaço não podem ser compreendidas de forma isolada, mas sim como produto de múltiplos processos históricos e naturais inter-relacionados.

Ratzel substitui, em sua análise geográfica, os conceitos tradicionais de seleção natural ou artificial por categorias mais diretamente observáveis, como migração e isolamento. A migração atua como mecanismo de transformação social, permitindo o contato entre diferentes grupos, o intercâmbio cultural e a circulação de ideias e práticas, enquanto o isolamento mantém traços específicos de uma população e influencia seu desenvolvimento adaptativo ao meio.

Além disso, Ratzel enfatiza que o homem é um organismo que segue leis próprias, sendo capaz de processar, reinterpretar e reorganizar as influências externas de maneira autônoma. Apesar de condicionado pelo meio natural e pelas circunstâncias históricas, o ser humano não atua de forma passiva; ele transforma o território, adapta-se às condições e produz resultados concretos na organização espacial. Assim, a abordagem ratzeliana revela a complexidade da interação entre fatores naturais, históricos e culturais, oferecendo uma perspectiva integrada sobre a formação dos povos, dos territórios e das relações humanas com o meio ambiente, consolidando fundamentos para a antropogeografia e para a geografia crítica contemporânea.

Em síntese, a análise de Marx e Engels, articulada com a reflexão de Quaini e com a obra de Ratzel, evidencia que a compreensão das sociedades humanas e do espaço geográfico exige uma perspectiva integrada, que considere simultaneamente os processos históricos, as condições materiais e econômicas, a mediação do homem sobre a natureza e a organização territorial. O materialismo histórico fornece a base teórica para interpretar as relações sociais, as forças produtivas e as relações de produção como elementos determinantes na formação da consciência, das instituições e do espaço social, ao passo que a perspectiva de Quaini reforça que não existem leis naturais ou sociais abstratas, sendo todos os processos historicamente mediados e transformados pela ação humana.

A contribuição de Ratzel, por sua vez, amplia o escopo da análise geográfica, ao integrar fatores físicos, biológicos, sociais e políticos, destacando a importância da hereditariedade, da variabilidade dos povos, da migração e do isolamento na configuração dos territórios e das sociedades. Sua antropogeografia revela como a relação entre homem e meio não é unidimensional, mas dialética, combinando influência ambiental, adaptação histórica e prática social consciente. Ao considerar o tempo, a história e as interações entre indivíduos, grupos e territórios, Ratzel fornece subsídios para compreender a complexidade do espaço geográfico como produto de múltiplas interações naturais e humanas.

Dessa forma, a articulação entre materialismo histórico e antropogeografia permite uma abordagem científica e crítica da Geografia, capaz de analisar o espaço como construção social, histórica e natural. Esse entendimento evidencia que a organização territorial, a formação das sociedades e a relação entre homem e natureza não são eventos isolados, mas resultados de processos longos, complexos e interdependentes, oferecendo uma base sólida para estudos contemporâneos sobre território, sociedade e desenvolvimento humano.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Materialismo e Dialética na Geografia Social-Crítica: Conexões Entre Espaço, Tempo e Sociedade

Em sua obra, Henri Lefebvre adota uma perspectiva crítica e ampliada do marxismo, argumentando que esta corrente de pensamento não pode ser reduzida a uma mera atividade política, a um movimento social específico ou a um conjunto de estratégias governamentais voltadas apenas para questões econômicas. Para Lefebvre, o marxismo constitui uma concepção de mundo abrangente, capaz de articular o estudo do homem, da história, do indivíduo e da sociedade, da natureza e das dimensões espirituais da existência humana. Nesse sentido, ele não se limita a fornecer uma metodologia de análise econômica ou social,

mas oferece uma visão totalizante, na qual ciência, filosofia, prática social e crítica política se interconectam, permitindo compreender os processos históricos em sua complexidade e as relações de poder subjacentes à organização social.

Ao se distanciar das leituras tradicionais de Marx, Lefebvre propõe o que denomina de “novo marxismo”, caracterizado por uma abordagem integrada que supera a separação tradicional entre ciência e filosofia. Essa concepção possibilita compreender a realidade social em múltiplas dimensões, considerando simultaneamente aspectos econômicos, culturais, políticos e espaciais. Lefebvre enfatiza que a sociedade moderna, marcada pelo surgimento das indústrias e pela consolidação das relações capitalistas, é permeada por conflitos estruturais e contradições profundas, destacando a desarmonia entre homem e natureza. A exploração ambiental, a urbanização acelerada e a organização do espaço social refletem essas contradições e tornam evidente a necessidade de análise crítica das interações entre sociedade, economia e meio natural.

Além disso, Lefebvre ressalta que as contradições entre classes sociais — especialmente entre os detentores dos meios de produção e o proletariado industrial — são centrais para compreender a dinâmica da sociedade moderna. No entanto, segundo o autor, não basta aos indivíduos apenas perceber essas contradições superficialmente; é necessário compreendê-las em sua totalidade, considerando a inter-relação entre fatores econômicos, sociais, culturais, políticos e espaciais. Somente a partir dessa compreensão ampla é possível desenvolver estratégias que promovam a transformação social e a superação das desigualdades. Assim, Lefebvre oferece uma perspectiva crítica da sociedade em que a análise do espaço, das relações sociais e da produção material é inseparável da reflexão sobre poder, conflito e mudanças históricas, estabelecendo fundamentos teóricos que influenciam profundamente a geografia social-crítica contemporânea.

Dessa forma, o marxismo proposto por Lefebvre apresenta-se como uma abordagem capaz de transcender as limitações da análise econômica e política tradicionais, oferecendo uma perspectiva integrada da realidade social. Para Lefebvre, a superação da estrutura socioeconômica vigente exige considerar a vida social em sua totalidade — material, prática e histórica — analisando simultaneamente os conflitos, contradições e tensões inerentes à sociedade. Nesse contexto, o chamado “novo marxismo” não se restringe a uma filosofia convencional, mas constitui um método dialético de compreensão da realidade, no qual as múltiplas contradições presentes nas relações entre homem, natureza e história são não apenas identificadas, mas compreendidas em sua interdependência, podendo ser superadas por meio do conhecimento, da práxis e da transformação social. Lefebvre enfatiza que a realidade

social moderna deve ser abordada racionalmente, com rigor científico, e que a dialética não consiste apenas em reconhecer as contradições, mas em compreender que estas se manifestam simultaneamente em todas as etapas históricas da relação do homem com a sociedade. O abandono desse método, alerta Lefebvre, conduz à alienação, fenômeno crítico que atravessa suas análises sobre a exploração, o poder e a limitação da consciência social.

No campo da Geografia, Lefebvre introduz a noção de espacialidade como dimensão central para a compreensão das sociedades modernas, mas essa perspectiva também recebeu críticas significativas. Soja (1993) argumenta que, mesmo com a contribuição do marxismo para o estudo do espaço, houve insuficiência na análise do caráter intrinsecamente dialético das relações sociais e espaciais, bem como na articulação entre produção e consumo. Segundo Soja, os autores marxistas, incluindo Lefebvre, frequentemente negligenciaram a investigação da unidade, oposição e contradição que estruturam a dialética socioespacial, deixando lacunas na compreensão do espaço como produto histórico e socialmente mediado. Ele ressalta ainda que, mesmo após um século de debates marxistas, não se havia plenamente desenvolvido a lógica das antíteses e contradições inerentes às relações sociais e espaciais. Nesse sentido, o marxismo de Lefebvre, embora voltado às questões espaciais, manteve-se em grande medida ancorado no historicismo tradicional de Marx, constituindo um “materialismo dialético simultaneamente histórico e espacial” que ainda necessitava expandir suas análises para abarcar completamente a complexidade socioespacial.

Essa reflexão crítica evidencia que a compreensão do espaço geográfico e da sociedade moderna requer uma abordagem integrada e dialética, na qual os fenômenos sociais, econômicos, históricos e naturais sejam analisados como dimensões interdependentes. Lefebvre e Soja, ao enfatizarem a centralidade do espaço e da dialética na análise social, destacam que a transformação da sociedade não é apenas resultado de processos econômicos ou políticos isolados, mas decorre da interação contínua entre práticas humanas, organização social e mediações espaciais, consolidando fundamentos teóricos para a geografia social-crítica contemporânea.

Na defesa da premissa socioespacial, Soja (1993) enfatiza ainda que as relações sociais e espaciais são dialeticamente inter-reativas, interdependentes; assim, as relações sociais de produção são formadoras de espaço e contingentes ao espaço. Percebe-se então que Lefebvre falha ao separar a estrutura espacial de suas raízes nas relações de produção e de classe. Nesta lógica o espaço para Soja (1993) “é a expressão concreta de uma combinação de instâncias [...], um conjunto histórico de elementos e influências materiais em interação [...]; logo não pode ser reflexo, nem palco”. Nota-se, portanto, que o principal alvo de

questionamentos deste autor para o marxismo se deve à não priorização de uma negação da negação; de uma recombinação da história com a geografia, do tempo com o espaço. Aqui, a espacialidade foi absorvida pelo economicismo, contrariando as tendências modernas, voltadas para a defesa da premissa (SOJA e BERGER) em que “agora implica uma projeção mais geográfica do que histórica: é o espaço e não o tempo, que esconde de nós as consequências”.

O geógrafo Milton Santos define espaço como acumulação desigual de tempos. Nessa perspectiva, o espaço geográfico é coagulação do trabalho social, materialização de ideias e de ações das sociedades sobre a natureza. O espaço materializa diferentes tempos sociais; sua gênese e evolução constituem o objeto da geografia. Em Espaço e Método o conceito de espaço, como já proposto em suas obras anteriores, ele afirma parecer ser uma das fontes de dúvidas mais frequentes entre os pesquisadores do tema (SANTOS, 1985).

Na tentativa de elucidação do conceito do espaço, Santos propõe alguns questionamentos: O que caracteriza o estudo da sociedade através da categoria espaço? Como considerar a teoria e a prática entre os aspectos sociais e “naturais” que compõem o espaço para descrevê-lo, defini-lo, interpretá-lo e, finalmente, encontrar o espacial? O que caracteriza as análises do espaço? Como passar do sistema produtivo ao espaço? E Santos afirma que “[...] o vocábulo espaço se presta a uma variedade de significados [...]” (SANTOS, 1985, p.5).

Para Milton Santos, o espaço não é apenas um cenário passivo das atividades humanas, mas constitui-se como um elemento central na evolução social, sendo simultaneamente produto e condicionante das práticas sociais. Ele é, antes de tudo, o lócus da produção: sem produção não há espaço, e sem espaço não é possível a organização da produção. O processo direto de produção está historicamente vinculado a frações específicas de território, que são estruturadas e apropriadas por parcelas da sociedade para exercer formas particulares de produção. Dessa forma, o espaço revela-se como socialmente mediado e historicamente construído, não existindo de forma neutra ou abstrata, mas sempre imerso nas relações de poder, nos interesses econômicos e nas práticas culturais.

Embora o espaço total seja indivisível, Santos demonstra a importância de distinguir suas frações funcionais, como estradas, condutos, vias e meios de comunicação, que organizam a circulação de pessoas, mercadorias e informações. Surge, assim, o conceito de “espaço de circulação”, que cumpre funções específicas dentro da dinâmica social e econômica. Esses espaços, porém, não são homogêneos: sua utilização varia conforme a firma, grupo ou setor, revelando desigualdades estruturais e a hierarquização do território em diferentes escalas — local, regional e nacional. Nesse sentido, a circulação e o transporte

tornam-se dimensões centrais do estudo geográfico, evidenciando como o espaço não é apenas ocupado, mas produzido, apropriado e transformado pelas práticas humanas.

Santos reforça que o espaço deve ser compreendido como uma instância da sociedade, simultaneamente contido e estruturante das demais instâncias sociais, tais como a econômica, a político-institucional e a cultural-ideológica. Assim, a essência do espaço é social, refletindo as relações de poder, a distribuição desigual de recursos e a mediação das práticas sociais. Não se trata, portanto, de um cenário neutro, mas de um produto histórico das interações entre sociedade, natureza e cultura (SANTOS, 1985).

Em *A Natureza do Espaço*, o autor desenvolve uma análise sistemática das categorias analíticas fundamentais para a geografia social-crítica, como paisagem, divisão territorial do trabalho, formas-conteúdo, espaço produzido e espaço produtivo. O espaço é apresentado como o “lugar material da possibilidade de eventos”, ou seja, como o produto de processos históricos e sociais que estruturam territórios, relações econômicas, redes de circulação e a vida cotidiana. Essa perspectiva permite compreender o espaço em sua complexidade, articulando dimensões físicas, econômicas, políticas e culturais, e estabelece uma base teórica sólida para a geografia crítica, capaz de analisar os territórios como construções socialmente mediadas, historicamente situadas e dialeticamente constituídas.

O tema central abordado por Milton Santos em sua obra é a técnica, concebida não apenas como um conjunto de instrumentos ou ferramentas, mas como a principal forma de mediação entre o homem e a natureza, configurando-se como elemento central na produção do espaço e na organização da vida social. Para Santos, o espaço, historicamente negligenciado por diversos pensadores anteriores, ganha nova dimensão quando analisado a partir da técnica, que não apenas ocupa e transforma o território, mas também condiciona e organiza as práticas sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, ele retoma e amplia discussões presentes em autores como Joerges, Mauss, La Blache, Demangeon e, especialmente, em B. Gille, cuja obra *História das Técnicas* (1978) oferece fundamentos para compreender a técnica como fator estruturante da evolução histórica e social.

A relação entre técnica e espaço manifesta-se de maneira concreta na ocupação do solo, nas infraestruturas construídas pelo homem, nas formas de produção e nas práticas cotidianas. A técnica, nesse contexto, não é apenas instrumento de produção, mas refere-se também à organização da sociedade, da economia e do território, estabelecendo padrões que refletem o nível de desenvolvimento de uma civilização. O avanço da ciência e da tecnologia possibilita a criação de objetos com funções altamente especializadas, que implicam

processos produtivos complexos e sistematizados, promovendo uma profunda reorganização do espaço social e territorial.

Santos enfatiza que a técnica não pode ser dissociada do meio em que se insere; ela é simultaneamente mediadora e constituinte do espaço. Ao articular objetos técnicos, operações e sistemas integrados, a técnica adquire uma dimensão sistêmica e histórica, condicionando a forma como o espaço é ocupado, utilizado e transformado. Como ele mesmo afirma: “cada vez que o objeto está inserido num conjunto de objetos e que a sua operação se inclui num conjunto de operações – tudo isso formando sistema –, a hipertelia do objeto técnico concreto se torna condicionada” (SANTOS, 1996, p. 23). Essa perspectiva evidencia que o valor e a função de cada objeto técnico são definidos pela sua articulação dentro de um sistema social, produtivo e espacial mais amplo, refletindo a interdependência entre sociedade, produção, técnica e território.

Portanto, a técnica, segundo Santos, é simultaneamente meio e resultado da ação humana sobre o espaço. Ela organiza, estrutura e transforma o território, articulando as dimensões materiais, sociais, históricas e culturais. Ao destacar a centralidade da técnica na produção do espaço, Santos consolida uma perspectiva crítica que permite compreender o território como produto histórico e socialmente mediado, integrado às práticas produtivas e culturais, e fundamental para a análise da geografia social, da economia espacial e das transformações históricas da sociedade.

Para Milton Santos, o espaço não é apenas um palco neutro onde ocorrem os acontecimentos humanos, mas uma construção social e histórica profundamente articulada com os objetos e práticas que nele se inserem. Os objetos que compõem o espaço não existem de forma isolada; eles são organizados, utilizados e transformados segundo uma lógica que se entrelaça com a própria lógica da história, refletindo padrões de produção, circulação e poder. Essa interação entre objetos e sociedade dá origem ao que Santos denomina meio tecnogeográfico, conceito que integra o meio técnico — composto por infraestruturas, tecnologias e instrumentos de produção — ao meio geográfico natural. Para Santos, não se pode dissociar o meio técnico do meio geográfico, pois ambos se condicionam mutuamente e são constitutivos da organização do espaço. Uma análise geográfica completa deve, portanto, abarcar essas dimensões de maneira integrada, considerando o espaço como produto histórico, socialmente mediado e tecnicamente condicionado.

No segundo capítulo de sua obra, dedicado especificamente à análise do espaço, Santos introduz uma abordagem dialética baseada na interação entre elementos fixos e fluxos. Os fixos correspondem a componentes permanentes do território — edifícios, vias, redes de

transporte, equipamentos urbanos e infraestruturas — que estruturam o espaço e condicionam as ações humanas. Já os fluxos representam os movimentos de pessoas, mercadorias, informações, capital e práticas sociais, que circulam ou se instalam sobre os fixos, transformando-os e redefinindo seus significados. Esses fluxos não apenas atravessam o espaço; eles interagem com os fixos, provocando modificações contínuas no meio, tanto em termos ambientais quanto sociais, e gerando novas condições de uso, valor e significação para os lugares.

Santos propõe que a geografia deve estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que constituem o espaço. Essa concepção reconhece a complexidade do território como um todo solidário e contraditório, no qual objetos e ações não podem ser analisados isoladamente, mas apenas em suas inter-relações históricas, sociais e econômicas. O espaço, assim, torna-se um registro material e social da história, articulando práticas humanas, relações de produção, movimentos sociais, transformações ambientais e estruturas de poder.

Essa abordagem consolida a geografia social-crítica de Santos, que supera visões estáticas ou puramente descritivas do espaço, ao considerá-lo simultaneamente como produto histórico, socialmente mediado, tecnicamente condicionado e dinâmico. Ao integrar fixos e fluxos, técnica e natureza, sociedade e território, produção e circulação, a geografia crítica proposta por Santos permite compreender o espaço em sua complexidade e totalidade, oferecendo ferramentas teóricas para analisar a organização territorial, os processos de desigualdade, as contradições socioespaciais e os mecanismos de transformação histórica que moldam a vida humana e o desenvolvimento social.

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ação leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2004, p.39).

Milton Santos enfatiza que um enfoque no estudo do espaço que se restrinja apenas à análise da dialética clássica entre forças de produção e relações de produção não é suficiente para alcançar clareza metodológica, sobretudo nas condições históricas contemporâneas, nas quais essas categorias muitas vezes se confundem ou se sobrepõem. Para Santos, o objeto transcende sua função utilitária no cotidiano humano, assumindo também caráter simbólico e semiótico. Cada objeto presente na paisagem ou no espaço — seja um utensílio, uma

construção ou um elemento natural — revela relações entre lugares e práticas sociais, permitindo identificar respostas ao processo produtivo em sentido amplo, que abrange desde a produção material de mercadorias até a produção simbólica e cultural.

Nesse contexto, Santos destaca que os objetos geográficos não se restringem a elementos móveis, mas incluem também elementos imóveis que estruturam o espaço, como cidades, estradas, portos, barragens, florestas, plantações, lagos ou montanhas. Tais objetos constituem o domínio tanto da geografia física quanto da geografia humana e estabelecem uma interseção entre ambas as disciplinas, na medida em que a análise de sua história, ou seja, — a forma como foram produzidos, utilizados e transformados — revela a articulação entre processos naturais e sociais, infraestrutura e cultura, técnica e prática humana.

Henri Lefebvre, por sua vez, aponta para uma transformação fundamental nas forças produtivas, marcada pela transição da produção no espaço para a produção do espaço. Enquanto a produção de bens materiais permanece central, a produção de ideias, conhecimento, normas e ideologias também se torna constitutiva da realidade social. Essa dimensão da produção do espaço revela a materialização da sociedade em suas múltiplas formas e expressões, estabelecendo uma correspondência entre prática social, território e representações simbólicas.

A análise dos fluxos assume papel crescente nessa perspectiva, especialmente na economia política contemporânea. O estudo desloca-se da análise estática das estruturas empresariais e dos mercados para a compreensão dinâmica dos fluxos de matérias-primas, mão de obra, capitais e informações. Esses fluxos possuem origem, percurso e destino, frequentemente interconectando-se a outros fluxos, gerando redes complexas de circulação que transformam o espaço e a organização territorial. Paralelamente, setores antes considerados secundários, como construção civil, urbanização e investimentos em terrenos, ganham centralidade em certas economias — como exemplificado pelo Japão —, demonstrando que a produção do espaço envolve não apenas bens materiais, mas também infraestrutura, planejamento urbano e reconfiguração territorial.

Assim, a abordagem de Santos e Lefebvre permite compreender o espaço como produto social, histórico, técnico e econômico, no qual objetos, fluxos e práticas humanas interagem em uma dinâmica contínua de produção, circulação e transformação, articulando geografia física, humana e social-crítica. Essa perspectiva amplia a compreensão da realidade geográfica, permitindo analisar tanto a materialidade dos objetos quanto as relações sociais e econômicas que lhes conferem significado e valor, consolidando fundamentos teóricos para a geografia crítica contemporânea.

A emergência da chamada indústria do ócio exemplifica a maneira como o capitalismo contemporâneo reorganiza e transforma o espaço, incorporando elementos naturais e culturais — como mar, praia e montanha — ao mercado e à produção industrial. Esses espaços, anteriormente desvinculados da lógica produtiva capitalista, passam a ser integrados ao circuito econômico, estabelecendo um novo movimento dialético entre espaço dominante e espaço dominado. Essa integração da indústria do lazer representa não apenas uma expansão econômica, mas também um mecanismo de articulação entre diferentes setores, conectando o capitalismo à agricultura, à urbanização e à reorganização territorial, demonstrando que o espaço deixa de ser apenas cenário passivo e passa a ser instrumento ativo da acumulação e reprodução social.

Historicamente, setores como a agricultura e a cidade eram considerados pré-capitalistas, atuando de forma relativamente independente das relações de produção capitalistas. Com o avanço do capitalismo, entretanto, esses setores são progressivamente incorporados ao sistema, tornando-se meios de transformação do espaço e instrumentos de expansão da lógica capitalista. Nesse contexto, Lefebvre ressalta que o capitalismo contemporâneo não se apoia apenas em empresas e mercados, mas também no próprio espaço, cuja produção e organização passam a constituir parte fundamental do processo de acumulação ampliada.

Para Lefebvre, enquanto economistas tradicionais concentravam-se exclusivamente nas relações de produção, Marx avançou para o estudo das relações sociais de produção e do crescimento econômico, analisado como acumulação ampliada. Em um capítulo inédito de *O Capital*, Marx questiona quais relações sociais persistem ao longo do tempo e por que se reproduzem, apontando que a pressão do mercado mundial condiciona a manutenção das estruturas sociais de produção. A partir dessa análise, Lefebvre formula a hipótese de que é pelo espaço que se reproduzem as relações de produção capitalista, considerando o território não apenas como cenário, mas como instrumento essencial para a consolidação e expansão do capitalismo.

Essa concepção do espaço como instrumento é reforçada por abordagens tecnocráticas, especialmente na França, onde o espaço é concebido como entidade concreta, visível e mensurável, passível de planejamento e quantificação rigorosa. No entanto, Lefebvre alerta que, embora tecnocratas vejam o espaço como ordenado e controlável, ele é simultaneamente palco de contradições e instabilidades, pois é nele que as relações de produção capitalistas se reproduzem de forma cada vez mais complexa e contraditória. O espaço, portanto, é ao mesmo tempo ferramenta de poder e objeto de disputa, mediando a dinâmica entre forças

econômicas, sociais e territoriais, e revelando a tensão permanente entre dominação e resistência, planejamento e contingência.

Para Lefebvre, a produção do espaço revela uma contradição fundamental: de um lado, a capacidade tecnológica e científica permite ao ser humano conhecer e transformar o espaço em grande escala, inclusive em escala planetária; de outro, esse mesmo espaço se encontra fragmentado e pulverizado, seja pela propriedade privada, seja pelos métodos tradicionais da ciência, que compartimentalizam e isolam os fenômenos espaciais. Essa tensão evidencia que o espaço moderno é simultaneamente instrumento de poder, objeto de produção capitalista e arena de disputas sociais, econômicas e ambientais.

Nesse contexto, Lefebvre introduz a perspectiva do socialismo como gestão coletiva do espaço, enfatizando que a administração do território não se limita à produção de bens materiais, mas envolve também a gestão compartilhada de recursos escassos, como água, energia, ar e o próprio espaço físico. O socialismo, nessa concepção, não é apenas um modelo econômico ou político, mas um princípio organizador da produção espacial, no qual a racionalidade da utilização do espaço se articula com valores sociais, coletivos e ecológicos.

Essa abordagem implica uma mudança qualitativa na noção de socialismo: não se trata apenas de promover crescimento econômico ou acumulação de bens, mas de orientar a produção do espaço de forma equitativa, sustentável e socialmente responsável. Lefebvre aponta que a gestão coletiva do espaço exige compreender suas dimensões materiais, técnicas, econômicas e simbólicas, articulando planejamento, uso social e preservação ambiental. Ao reconhecer o espaço como produto social e como recurso limitado, ele amplia a análise marxista tradicional, integrando a dimensão ecológica e coletiva à discussão sobre poder, produção e justiça social.

Assim, Lefebvre propõe uma geografia crítica que considera o espaço simultaneamente como produto histórico, arena de contradições e recurso socialmente gerido, estabelecendo um marco teórico capaz de pensar a transformação social e ambiental em escala local, regional e planetária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do materialismo histórico como fundamento teórico para a compreensão das relações entre sociedade e natureza permite reconhecer sua relevância não apenas para a filosofia e a sociologia, mas também para o desenvolvimento do pensamento geográfico. A concepção marxista de história, ao situar o homem como agente transformador da natureza e

produto de suas próprias condições materiais, estabelece uma base epistemológica que integra o espaço, o tempo e o trabalho como dimensões indissociáveis da realidade social.

Nesse sentido, as interpretações de Quaini (1979) reforçam o caráter científico e histórico do materialismo, ao destacar que a natureza, mediada pela práxis humana, é parte constitutiva da história e da produção social do espaço. Sua leitura de Marx propõe uma Geografia que transcende os limites disciplinares tradicionais, compreendendo o território como expressão concreta das relações de produção e da organização da sociedade.

Ao dialogar com Ratzel, observa-se que, embora sua antropogeografia ainda estivesse parcialmente influenciada pelo determinismo naturalista, ela contribuiu de forma decisiva para a incorporação da dimensão humana e histórica na Geografia. Sua preocupação em compreender as influências recíprocas entre o meio natural e as formações sociais abriu caminho para reflexões posteriores sobre a construção territorial e a dinâmica cultural dos povos.

Dessa forma, tanto o materialismo histórico de Marx quanto as contribuições de Quaini e Ratzel apontam para uma compreensão dialética, histórica e social da relação homem-natureza, superando as visões fragmentadas que dissociam o natural do social. A Geografia, a partir dessa perspectiva, consolida-se como uma ciência capaz de interpretar o espaço como produto histórico das ações humanas e das condições materiais que moldam a existência, reafirmando sua importância no entendimento crítico das transformações contemporâneas do território.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.
- LEFBVRE, H. The production of space. Blackwell Publishing. 1991/2011.
_____. Marxismo. L&PM Editores. (Introdução, cap.1).
- MASSEY, D. Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade. Bertrand Brasil. 2005.
- MOREIRA, R. MARXISMO E GEOGRAFIA (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias). Revista GEOgraphia. Ano. 6. N. I I. 2004. UFF. Rio de Janeiro.
- QUAINI, M. Marxismo e geografia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Cap. 3).
- RATZEL, F. (1909). Antropogeographie. Stuttgart. (MORAES, A. C. R. Ratzel. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1990).
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. do pensamento único à consciência universal. Ed. Record. São Paulo. 2000.

_____. (1996). A natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo, HUCITEC, 2004.

_____. Espaço e Método. Ed. Nobel. São Paulo. 1985.

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/140/135>.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SILVA, L. A. P. O Materialismo Histórico e a Construção do Pensamento Geográfico Contemporâneo. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 5, art. 6, p. 102-123, mai. 2026.

Contribuição dos Autores	L. A. P. Silva
1) concepção e planejamento.	X
2) análise e interpretação dos dados.	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X